

Auditoria Externa e “Independente”?

É a hora de provar a si mesma e ao mercado que realmente tem coragem e seu nome não é um castelo de areia!

De tempos em tempos surgem nos noticiários escândalos contábeis e financeiros que abalam os mercados e chocam a sociedade. E esses escândalos não poupam as grandes empresas. Em 2015, por exemplo, grandes bancos como JPMorgan, Citigroup, Barclays, RBS, Bank of America e UBS foram multados por manipulação das taxas de câmbio ([veja aqui](#)). Em 2008, o caso do Lehman Brothers esteve no centro da crise americana do Subprime, que abalou a economia mundial. Em outros casos, como os da GE, Toshiba, Parmalat, Xerox, Merck, Banco Nacional, Banco Cruzeiro do Sul e Banco Panamericano, os impactos econômicos foram mais restritos, afetando, sobretudo, seus investidores.

No setor elétrico, o emblemático caso da Enron provocou uma grande crise de energia na Califórnia e levou a auditoria Arthur Andersen, uma das maiores empresas de auditoria externa do mundo, a fechar as portas em 2002. Recentemente, após uma série de escândalos, o Reino Unido impôs mudanças as 4 gigantes de auditoria (KPMG, PWC, Deloitte e EY) e ainda discute sobre os problemas relacionados a conflitos de interesses quando se misturam auditorias e consultorias. E, na Índia, a PWC, que atualmente audita as contas da Eletrobras, foi banida em 2018 de auditar empresas de capital aberto por dois anos, após uma investigação do órgão regulador do mercado de ações sobre o colapso da Satyam Computer Services, que revelou ter falsificado suas contas.

A Eletrobras é uma empresa gigante, a maior da América Latina em geração e transmissão de energia elétrica. Auditar suas demonstrações contábeis é uma tarefa complexa, que envolve grandes subsidiárias (Furnas, Chesf, Eletronorte, CGT Eletrosul e Eletronuclear), a participação de 50% do capital social de Itaipu Binacional e a participação direta e indireta em 81 Sociedades de Propósito Específico - SPEs. Durante os últimos 14 anos, pelo menos, a Eletrobras tem encontrado dificuldades para cumprir os prazos determinados pelos órgãos reguladores, como a CVM, e apresentar

suas demonstrações financeiras até o limite das datas por eles estabelecidas. Parte dessas dificuldades esta relacionadas às exigências que são feitas pelas auditorias independentes.

Apesar de possuir fama de rigorosa no mercado, a PWC costuma se atrapalhar na análise das demonstrações financeiras da Eletrobras. Seja pela falta de conhecimento sobre o setor de atuação da empresa ou pelo uso excessivo de estagiários para aumentar seus lucros no contrato, a verdade é que não raro são encontradas divergências entre o que é divulgado nas demonstrações das subsidiárias e o que é divulgado nas demonstrações consolidadas do grupo, ainda que ambas sejam auditadas pela mesma empresa. Pesam contra essa auditoria também as constantes revisões nas avaliações de provisões e o uso excessivo de “ênfases” ou “ressalvas” aos números que são divulgados.

É de conhecimento público que todos os agentes envolvidos no processo de desestatização da Eletrobras estão sendo pressionados para acelerarem seus cronogramas. Ao estabelecer um cronograma tão apertado, a direção da Eletrobras decidiu também pressionar a auditoria externa a exercer seu trabalho em prazos nunca antes praticados. Por isso todos os documentos técnicos elaborados envolvidos no processo de desestatização e/ou que venham a integrar futuros documentos para Assembleias Gerais (AGOs e AGEs), serão analisados e contestados com veemência pelas entidades representativas dos trabalhadores.

Questionaremos também as relações de compadrio estabelecidas entre a auditoria externa e suas parceiras, que atuam como consultoras da Eletrobras, como é o caso da Deloitte, contratada para auxiliar a execução das demonstrações financeiras da empresa. Estamos atentos tanto a esse jogo de troca de favores entre as auditorias externas, que se revezam como consultoras e auditoras, e também quanto às possíveis contratações irregulares de consultores para execução das demonstrações financeiras e

pagamentos extraordinários e exorbitantes de taxas de urgências e horas extras, como ocorreu em outras situações extraordinárias (como quando a empresa enfrentava o processo de deslistagem na SEC, quando auditores e consultores conseguiram contratos milionários com a Eletrobrás).

Os investidores confiam nos auditores para garantir que as contas de uma empresa sejam um verdadeiro reflexo de seus ganhos. Os maiores escândalos financeiros ocorreram por conta de auditorias externas terem ignorado irregularidades contábeis, levando o nome de suas empresas para a lama, pois a mentira não se sustenta por muito tempo, e logo a verdade vem à tona. Esse é um risco que a atual auditoria externa da Eletrobrás pode escolher correr ou não.

Enfim, esperamos que a PWC se digne a honrar seu nome no mercado nacional e internacional e, a despeito de eventual enriquecimento de alguns de seus sócios ou de lucros momentâneos, não comprometa a longevidade de nome tão grande entre as principais empresas auditoras do mundo. Todos têm que tomar decisões importantes e sérias em alguns momentos da vida. A PWC está em um desses momentos, de não se curvar aos ventos frios e sombrios em que o mal vence e que nunca será punido.

Lembramos que a AEEL é acionista minoritária e não abre mão do seu direito inalienável de contestar estes documentos na ata das assembleias e, caso considere cabível, interpelar juridicamente os responsáveis pelas demonstrações financeiras, internos e externos, sobre atos lesivos ao erário, renúncia de receita para a União, erros contábeis gritantes, dentre outras ações.

Como dito antes, a redação de inócuos parágrafos de ênfase ou “ressalvas” bem elaboradas, muitas vezes até mesmo “sugeridas” e “negociadas” por interlocutores interesseiros, com claro conflito de interesses, não vão livrar a PWC de arcar com sua parte, caso participe do teatro montado pela alta administração da Eletrobrás (Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal), em conluio com autoridades dos Ministérios de Minas e Energia e da Economia.

A linha política e econômica perversa que tem assolado o Brasil nos últimos anos, com tentáculos nas instituições brasileiras, muito provavelmente, como demonstra a vontade dos brasileiros nas pesquisas já divulgadas, mudará após as eleições de 2022, e, nenhuma pessoa física ou jurídica conseguirá se esconder. Então, lucros e acordos espúrios poderão significar grandes prejuízos em um breve futuro, tanto financeiros como mercadológicos. Empresas com governança séria não vão desejar ter seus nomes ligados a empresas auditoras comprometidas e envolvidas na grande falácia que a privatização da Eletrobrás se tornou.

Questionaremos, no uso das nossas atribuições, todos aqueles que assinam os documentos financeiros e contábeis da Eletrobrás, além da diretoria colegiada, por quaisquer erros e omissões que venham a cometer. Esses questionamentos podem se dar, inclusive, nos Estados Unidos, através de Class Actions, uma vez que a Eletrobrás é listada na Bolsa de Nova York.

Esperamos que as demonstrações financeiras da Eletrobrás sejam devidamente auditadas, sem influências externas, para que não tragam prejuízo à sociedade e aos seus acionistas.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 26 de janeiro de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

